

Superposição, desafio para a Constituinte

BRASÍLIA
 AGÊNCIA ESTADO

Desde sexta-feira, mas, com empenho redobrado e em dedicação exclusiva a partir de amanhã, dedica-se o deputado Ulysses Guimarães à tarefa de desarmar a bomba. A bomba, no caso, é a superposição de funções entre a Assembleia Nacional Constituinte, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e, também, as sessões do Congresso Nacional. A Emenda Constitucional nº 26, que convocou a Constituinte, estabeleceu que tudo funcionará ao mesmo tempo. Como até a promulgação da nova Constituição continuará em plena vigência a atual, e como a atual determina o funcionamento normal do Legislativo, eis formada a confusão.

Confusão dupla, por sinal, já que afetará e transtornará o País tanto no plano político-institucional quanto no plano físico.

Neste, porque Câmara e Assembleia Nacional Constituinte terão de funcionar no mesmo lugar, o plenário da Câmara, pleno de poltronas, sendo a utilização deste uma concessão da sua Mesa diretora. Assim, se o novo presidente da Câmara não quiser, não cederá o espaço aos constituintes sendo em horas vagas e mortas, como pela manhã bem cedo ou, quem sabe, de madrugada. Também haverá problemas com relação à Mesa da Constituinte: onde ela terá seus gabinetes? Não poderá funcionar nos corredores, mas, se as instalações das Mesas da Câmara e do Senado estiverem ocupadas, não haverá alternativa. Tem mais. A Assembleia Nacional Constituinte irá trabalhar através de uma grande comissão constitucional dividida em subcomissões, uma para direitos humanos, outra para a ordem econômica, uma terceira para a ordem social e seguintes, para os títulos e capítulos do Legislativo, do Executivo, do Judiciário, da Ecologia, da Ciência e Tecnologia, das Minorias, da União, do Sistema Tributário, dos Estados e Municípios e tanta coisa a mais. Onde se localizarão essas subcomissões e a grande comissão? Lugar, só no porão. A Câmara, assim como o Senado possuem salas, mas para ser ocupadas pelas respectivas comissões, como de Orçamento, Constituição e Justiça, Relações Exteriores e tantas outras.

Dentro do problema físico, ainda, pode-se incluir a questão dos funcionários. Com quem contará a Assembleia Nacional Constituinte, se os servidores do Legislativo pertencem, uns, à Câmara e, outros, ao Senado? As respectivas Mesas diretoras talvez não queiram ceder ninguém, ou cederão, quem sabe, os menos categorizados. Até um garçom conhecido por derramar o cafezinho nos fregueses. Quem vai, por outro lado, liberar verbas para a compra de papel e lápis, quando faltarem? Precisarão o presidente da Assembleia Nacional Constituinte mandar comprar material de trabalho às suas próprias expensas? Ou necessitará pedir ao presidente do Senado e ao presidente da Câmara o favor de mandar-lhe alguns blocos e canetas?

Pior ficará no plano político-institucional, das grandes decisões. Porque, enquanto a Assembleia Nacional Constituinte estiver discutindo e redigindo a nova Constituição, a Câmara, o Senado e o Congresso poderão estar votando e aprovando emendas à Constituição vigente. Bem como produzindo uma série de leis complementares e ordinárias em desacordo com os princípios fundamentais da nova Carta.

Não é brincadeira, tudo isso acontecerá se não houver bom senso por parte do atual Congresso, em final de mandato, capaz de ajudar Ulysses Guimarães a desarmar a bomba e a estabelecer algumas regras básicas. A primeira das quais, decorrente da própria natureza do Direito Constitucional, de que as as-

sembléas nacionais constituintes, sendo tão soberanas quanto limitadas no tempo, devem deter todo o poder e precisam trabalhar sozinhas. Até porque os personagens são os mesmos: a Assembleia Nacional Constituinte será formada pelos deputados e pelos senadores que compõem a Câmara e o Senado.

Houve imperícia na redação da Emenda nº 26, mas, também, há ma-landragem por parte de certos grupos partidários, dos quais não escapam peemedebistas. Acontece que, se a superposição não for superada, caberá ao novo presidente da Câmara, pela atual Constituição, substituir o presidente da República. Será o vice-presidente de fato. E há gente querendo o lugar, bem como outros, na Mesa da Câmara, por conta das mordomias e do poder de nomear, mandar fazer e desfazer.

Quanto aos senadores, nota-se neles mais medo do que razões fisiológicas para defender a superposição e o caos. Não funcionando o Senado, como não funcionando a Câmara, e estando solta no ar a tese da adoção do parlamentarismo, os ditos pais da Pátria supõem uma porta aberta para o unicameralismo, peculiar ao sistema parlamentar de governo. O Senado imaginando a ameaça de desaparecer, não admite ficar um dia, uma semana ou alguns meses sem funcionar, com seus integrantes trabalhando apenas como constituintes. Querem os senadores continuar também como senadores, exercendo suas prerrogativas.

O futuro próximo seria cômico se não fosse trágico, caso não se chegue a uma solução rápida. Pensando nisso, meses atrás, Ulysses Guimarães preparou projeto de emenda constitucional, capaz de ser votado ainda pelo atual Congresso, estipulando que, enquanto estiver reunida a Assembleia Nacional Constituinte, Câmara e Senado não funcionarão. Em seu lugar, para legislar no imprescindível exigido pelas circunstâncias, funcionaria uma comissão representativa, formada por 70 deputados e senadores. Eles trabalhariam o mínimo possível, algumas horas por semana, no plenário do Senado, ocupando as dependências da Câmara Alta e dirigidos por Mesa eleita por seus membros. A Assembleia Nacional Constituinte funcionaria no espaço destinado à Câmara, do plenário aos gabinetes, sendo que ao seu presidente caberia substituir o presidente da República, em viagens ou impedimentos. O presidente da comissão representativa seria o seguinte, na linha de substituição, vindo depois o presidente do Supremo Tribunal Federal.

Essa mecânica valeria até a promulgação da nova Constituição, quando tudo retornaria aos trâmites normais, fator, inclusive, responsável pelo andamento mais rápido dos trabalhos. Porque, como não há prazo para a Assembleia Nacional Constituinte redigir o novo texto, se houver a superposição de funções, quem garante que ele não leve dois, três ou quatro anos?

Ulysses Guimarães já se reuniu com os líderes dos partidos na Câmara, sexta-feira, buscando apoio. Pimenta da Veiga, do PMDB, José Lourenço, do PFL, e Amaral Netto, do PDS, estão com ele. O problema é o Senado. Alfredo Campos, líder do PMDB, regateia e não se define, temendo ficar contra os companheiros. Mesmo assim, reunirá a banca do partido para uma conversa com Ulysses, amanhã. Não será fácil dobrar os senadores, mesmo os novos, eleitos agora. Eles já estão chegando a Brasília impregnados de uma espécie de espírito de corpo futuro, já que só assumirão no ano que vem. Pode ser que o parlamentar paulista os convença. Pode ser que não. Sua idéia é ver a emenda aprovada até o dia 5, quando se encerrem os trabalhos da atual sessão legislativa. Admite, até, sucedâneos ou novas propostas, desde que evitem a superposição e suas consequências. Ou desarmem a bomba.

C.C.